

O COMÉRCIO MARÍTIMO E ALGUNS ARMADORES DO SÉCULO XVIII, NA BAHIA (VI).

(Continuação).

MARIETA ALVES

Do Instituto Feminino da Bahia.

Entre os homens de maior prestígio financeiro, e de não menor prestígio social, no século áureo da história da Bahia — o XVIII — destaca-se Antônio da Silva Lisboa, Familiar do Santo Ofício, natural da Freguesia de São Nicolau, da cidade de Lisboa, filho legítimo de José da Silva e de Joana Maria, informações por êle próprio prestadas ao pedir sua inclusão no quadro social da Santa Casa, em 24 de maio de 1768. Muito antes, porém, ingressou na Ordem 3a. de São Francisco, de onde foi Ministro, em 1766.

Suas atividades no meio social bahiano vinham de mais longe, pois em 1756, na eleição de árbitros e procuradores do povo, com a finalidade de angariar donativos “dos fiéis vassallos”, para a reconstrução de Lisboa, o nome de Antônio da Silva Lisboa aparece entre os de maior conceito na época.

Em documento de 1759, deparamos com sua nomeação para sequestrador e administrador dos bens sequestrados aos Jesuitas, fato expressivo que atesta sua importância social, comprovada mais tarde pela inclusão de seu nome no mapa dos moedeiros da Bahia, em 1762.

Em assuntos de comércio marítimo — mapas de carga transportada para Lisboa, representações de negociantes proprietários de navios, e muitos outros, a participação de Antônio da Silva Lisboa era constante, o que se explica diante do que escreveu Francisco Borges de Barros, em *Novos Documentos para a História Colonial*, onde o rico armador é citado como uma dos maiores exportadores de açúcar, tabaco e pau Brasil, além de grande traficante de escravos.

Entre os cargos que desempenhou, cumpre salientar o de administrador do contrato dos dízimos, em cujo exercício se encontrava em 1800.

Antônio da Silva Lisboa faleceu em 30 de agosto de 1812, na casa nobre de sua propriedade, ainda hoje conservada, sita no alto da Ladeira da Montanha, à esquerda de quem desce, com a frente voltada para a Praça Castro Alves. Nêste solar, recebia a nobreza de seu tempo e a oficialidade das fragatas, que ancoravam em nosso pôrto, como se pode ler em *Arqueologia e História*, de Francisco Borges de Barros.

Antônio da Silva Lisboa deixou viúva D. Mariana Lucatelli Lisboa e 5 filhos, o mais velho dos quais, João Estanislau da Silva Lisboa se casou em Calcutá, Índia, com a inglêsa D. Maria Ana da Silva (nome que consta do inventário do sogro). Dêsse enlace nasceu o futuro Prof. João Estanislau da Silva Lisboa, no dia 24 de junho de 1819, em Calcutá.

Crime rumoroso e lastimável projetou o neto de Antônio da Silva Lisboa nos anais da história social da Bahia, criando a lenda da “bala de ouro”, que mereceu do Prof. Pedro Calmon a honra de ser contada em livro sob o mesmo título.

Nascido em 1819, e ocorrendo o crime em 20 de abril de 1847, contava o Prof. João Estanislau da Silva Lisboa, então, 28 anos de idade incompletos. Era jovem e alimentava o sonho de desposar a encantadora bahiana Júlia Fetal, sua aluna, quando, impulsionado pelo ciúme, assassinou com um tiro a eleita de seu coração, deixando aturdida a pacata sociedade da época.

Comovida, a poetisa Adélia Josefina de Castro Rebelo escreveu o seguinte soneto, que se acha gravado no túmulo da morta, na Igreja da Graça.

Estavas, bela Júlia, descansada,
Na flor da juventude e formosura,
Desfrutando as carícias e ternura
Da mãe, que por ti era idolatrada.

A dita de por todos ser amada
Gosavas, sem prever tua alma pura
Que, por mesquinho fado, à sepultura
Brevemente serias transportada.

Mas, ah! de um insensato a dextra forte
Dispara sôbre ti, Júlia querida,
O fatal tiro que te deu a morte.

Dos olhos foi-te a luz amortecida,
E do rosto apagou-te a iníqua sorte
A branca e viva côr com a doce vida.

Mas o que nos levou a recordar êsse crime monstruoso foi o contraste verificado entre o assassino de 1847 e o cidadão humano, desprendido, utilíssimo à sociedade em que se converteu o Prof. João Estanislau da Silva Lisboa, em 1855, quando grassou a epidemia de *cholera-morbus*, na Bahia. Cumpria êle a pena que lhe foi imposta — 14 anos de prisão quando o levaram, doente, para o Hospital da Santa Casa. Irrompeu o mal na mesma ocasião, o que permitiu ao criminoso redimir-se pela extraordinária dedicação com que ajudou médicos e enfermeiros na luta pela salvação de vidas em perigo de morte.

Seu gesto calou, profundamente, no espírito dos membros da Mesa da Santa Casa, levando-os a interceder pelo criminoso ao Imperador D. Pedro II, que não concedeu o indulto pedido.

Cumprida a pena de 14 anos, o Prof. João Estanislau voltou a ocupar a cátedra de lente de Geografia e História do Liceu Provincial e à direção do afamado Colégio São João, que funcionava na Vitória, de onde saíram para a vida pública homens de prol. Traçou-lhe o perfil, comovidamente, seu discípulo Dr. Anísio Circundes de Carvalho, ilustre professor da Faculdade de Medicina da Bahia.

A lembrança do rico armador Antônio da Silva Lisboa diluiu-se no tempo, pouco a pouco. Infelizmente, seu inventário, iniciado sem demora pela viúva, não se concluiu, em virtude da morte desta senhora. Sòmente em 1839 teve prosseguimento, nada se encontrado das declarações iniciais de D. Mariana, o que nos priva de apresentar um apanhado do vultoso patrimônio acumulado em mais de meio século de atividades no comércio marítimo.

Quanto ao Prof. João Estanislau da Silva Lisboa perdura a fama de mestre consumado, uma placa com seu nome em rua da cidade e a reconrdção penosa de um crime passional, envolto na trama sutil de uma lenda — a da “bala de ouro”.

Voltando ao assunto armadores, tão vasto e tão árido, trazemos à tona Manoel do O’Freire, admitido como Irmão da Santa Casa em 26 de julho de 1776, homem de negócio da praça, natural de Lisboa, filho legítimo de José da Costa e de Maria Eugênia, segundo suas declarações na petição encaminhada à Mesa. Era casado com Josefina Clara de Amorim e faleceu em 18 de junho de 1800.

José Antonio Caldas o situa entre os homens de maior inteligência nos preceitos mercantis e capacidade para freqüentar o comércio. Mantinha negócios com o Reino e Angola.

Documentos sôbre assuntos vários provam sua participação intensa na vida social bahiana. Seu nome figura no mapa dos moedeiros, na relação dos oficiais providos no Regimento da gente escolhida e útil ao Estado, em devassas procedidas em residências de altas personagens, em atestados sôbre aptidão, zêlo e probidade de fun-

cionários. Num dêsses atestados assina como Deputado da Mesa da Inspeção, em 1792.

Falam de suas atividades como armador o interêsse demonstrado pela construção de um estaleiro de pedra,

“desde a certina do Forte da Ribeira até as pedras que estão na ponta da Barra”,

em que se empenhou com outros comerciantes, em 1776. A planta, remetida para Lisboa, incluía cais, guindastes, armazens e carreiras para a construção de navios.

• Em 1871, com outros armadores, protestou contra as violências exercidas pelos holandeses nos navios mercantes portugueses, que navegavam para a Costa da Mina. Motivou êste protesto o apresamento da sumaca *São Francisco de Paula, Santa Rita e Almas*, de Ricardo Pinto Coelho.

Com atividades na Bahia, desde 1753, Manoel do O'Freire encontrava-se decrépito em 1800, ano em que veiu a falecer.

Contemporâneo dos armadores precedentes, David de Oliveira Lopes já aparece em documentos relacionados com o comércio marítimo em 1753. Entretanto, sòmente em 25 de março de 1771 pediu admissão nas fileiras da Santa Casa. Era professo na Ordem de Cristo, natural da Comarca de Guimarães, filho legítimo de Bento Lopes de Oliveira e de Francisca Pereira da Silva. Faleceu em 1782.

Seu prestígio social infere-se de sua condição de Familiar do Santo Officio e de sua inclusão no Regimento dos Úteis, conforme provisão de 1774.

Como armador, requereu licença, em 1760, com seu sócio Luiz Coelho Ferreira para carregar a corveta *Jesus Maria José, São Francisco Xavier e Almas*, de que eram proprietários, a fim de despachá-la para os portos de Moçambique.

Como seus pares no comércio marítimo, David de Oliveira Lopes era sempre procurado em casos de devassas, em pedidos de atestados e outros, provando o crédito que desfrutava, como aliás, a maioria dos homens de negócio de seu tempo.

Bem mais antigo que os citados anteriormente, Francisco Gomes Loures já atuava no meio social bahiano, na primeira metade do século XVIII, o que explica a sua admissão no quadro de Irmãos da Santa Casa, em 26 de março de 1747. Consta de suas declarações que era natural da Freguesia de Santa Maria de Loures, filho legítimo de João Gomes e de Isabel Delgado. Declarou mais que era casado com Paula de Oliveira. Seu falecimento ocorreu em 25 de março de 1772.

Como aconteceu com tantos cidadãos protestantes de seu tempo, Francisco Gomes Loures filiou-se, também, à Ordem 3a. de São Francisco, onde ocupou o cargo de Ministro, em 1765.

Para se avaliar o vulto dos negócios e a importância da casa comercial de Francisco Gomes Loures, basta citar os nomes das diferentes embarcações, que partiram da Bahia, em 5 de julho de 1755, com destino a Lisboa, pelos navios da frota, levando mercadoria sua: nau *Nossa Senhora da Penha de França*, navio *Nossa Senhora da Boa Viagem*, nau *Nossa Senhora da Estrêla*, nau *Nossa Senhora das Candeias*, nau *Nossa Senhora Mãe de Deus e Augusta*, navio *Santa Teresa*, galera *Santíssima Trindade*, navio *Nossa Senhora da Conceição e São José*.

Nessa frota, em que carregaram 65 negociantes, Francisco Gomes Loures suplantou os demais em número de caixões e fardos exportados: 155 caixões e 20 fardos.

Não admira que fôsse eleito procurador do povo, em 27 de março de 1766, com a finalidade de obter donativos para a reconstrução de Lisboa. E' ocioso dizer que em assuntos do interêsse do comércio marítimo, individual ou coletivamente, Francisco Gomes Loures figurava com destaque, não sendo menos notada a sua atuação em outros setores da vida social bahiana.

(*Continua*).